

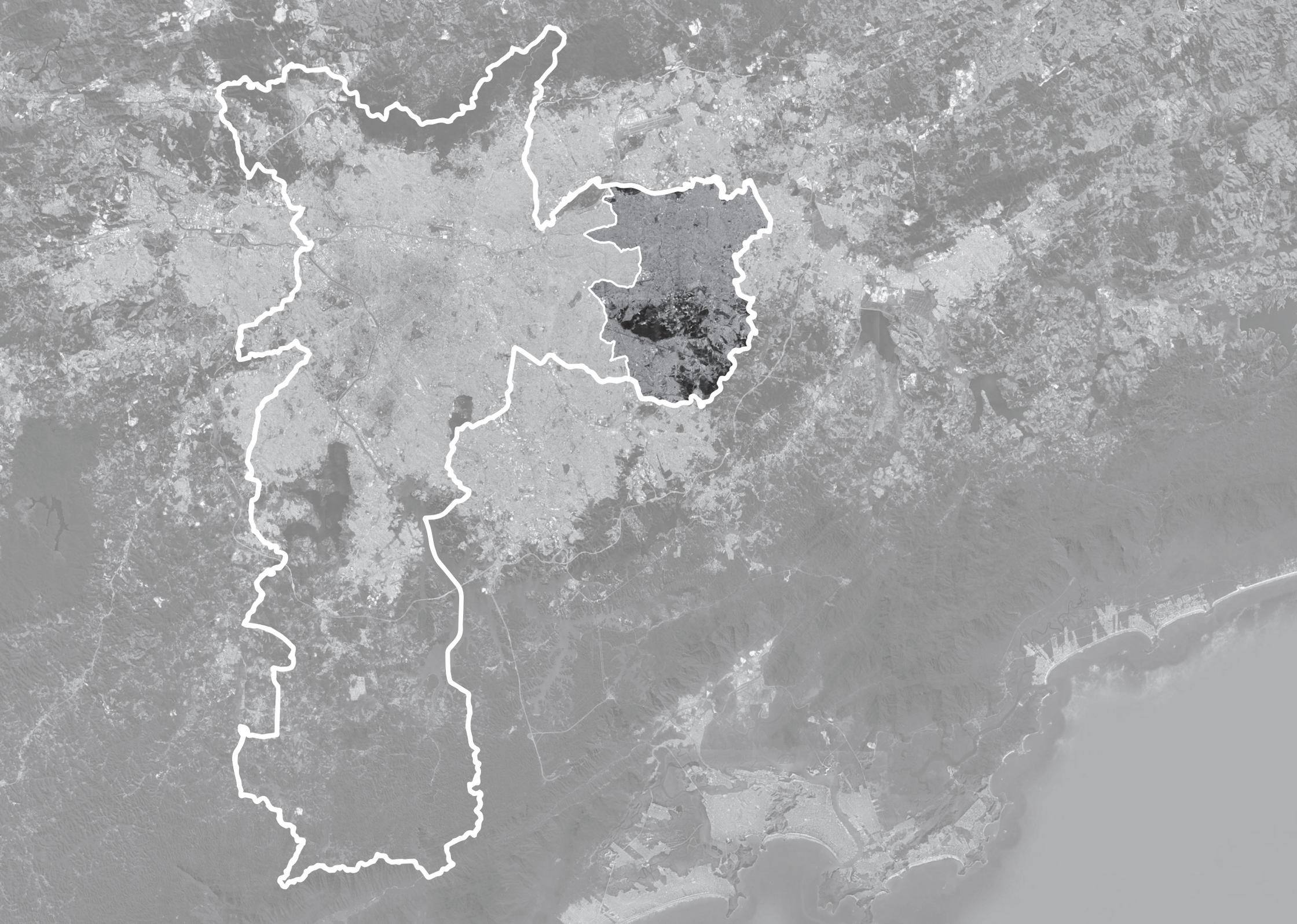
**Caderno de Propostas dos
Planos Regionais das Subprefeituras
Quadro Analítico**

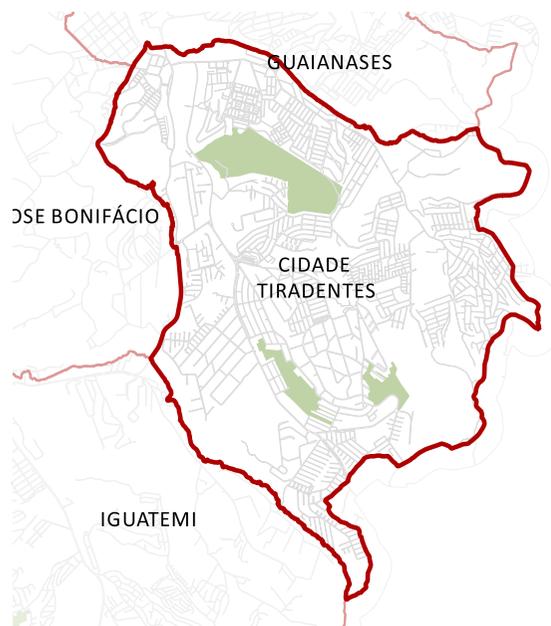
Cidade Tiradentes

Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico

Cidade Tiradentes

Dezembro de 2016





Introdução

Cidade Tiradentes está localizada no extremo leste do Município de São Paulo. Segundo o Censo de 2010 conta com 211.501 habitantes distribuídos em um único distrito, representando 1,9% da população em relação ao município. Faz divisa ao Norte com a Subprefeitura Guaianases, ao Sul, com a Subprefeitura de São Mateus, a Oeste com a Subprefeitura Itaquera e a Leste com o Município Ferraz de Vasconcelos.

É composta majoritariamente por Conjuntos Habitacionais promovidos pelo poder público entre os anos 1970 e 1990: são mais de 10 grandes conjuntos, principais elementos da paisagem local. Junto a este processo, dá-

se o crescimento desordenado, principalmente na porção nordeste do território, região de Vila Yolanda, Jardim Pérola e Jardim Fátima.

Associado a isso, destaca-se que 74% do território está demarcado pelo Plano Diretor Estratégico de 2014 como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sendo 69% da área demarcada como ZEIS 1, áreas caracterizadas pela presença de favelas e loteamentos irregulares habitados predominantemente por população de baixa renda, e 5% como ZEIS 2, constituídas por glebas ou lotes não edificadas ou subutilizados adequados à urbanização. Tal aspecto é revelador deste território, marcado por elevados índices de vulnerabilidade social e baixos índices de desenvolvimento humano, no qual mais de 80% da população apresenta renda igual ou inferior a três salários mínimos.

Em março de 2016, a Lei 16.402 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo reconheceu a regularização dos assentamentos habitacionais populares demarcados como ZEIS 1 e ZEIS 2 pelo PDE em 2014 e, assim sendo passam à categoria de Zonas Mistas de Interesse Social. Desta forma, a Subprefeitura passa a ser constituída por apenas 27,2% de ZEIS 1 e 3,9% de ZEIS 2.

A maior parte do território encontra-se na bacia hidrográfica Ribeirão Itaquera. Na divisa com São Mateus, encontra-se pequena parcela do território na bacia do Rio Aricanduva, de grande importância ao município por caracterizar-se como região de cabeceiras. Atualmente encontram-se em processo de ocupação irregular, sendo

de fundamental importância a ampliação da rede coletora, coletores-tronco e tratamento de esgoto.

O acesso a serviços e equipamentos públicos é, de maneira geral, precário e deficitário. Por outro lado, destaca-se como aspecto positivo a presença de parques bem distribuídos ao longo da Subprefeitura como o Parque Municipal do Rodeio, Parque Municipal da Ciência, Parque Municipal Linear da Consciência Negra e a Área de Proteção Ambiental Iguatemi (Estadual). A presença destes maciços arbóreos corroboram com temperaturas mais amenas do que a média do município.

A população desloca-se principalmente por meio de transporte coletivo, estas viagens representam 58% das viagens diárias totais, enquanto o Município de São Paulo apresenta o índice de aproximadamente 35%. O segundo modo de deslocamento é a pé, cerca de 35% das viagens diárias totais, enquanto a média municipal gira em torno de 30%. Associado a isso, ressalta-se a precariedade do sistema viário, estruturado por três principais vias: Estrada do Iguatemi, Rua Inácio Monteiro e Avenida dos Metalúrgicos, que carece de melhorias estruturais, conexões viárias e melhoria da conectividade como um todo. Carece, também, de melhorar os espaços públicos, tal como calçadas, praças, parques, de implantar mobiliário urbano, iluminação pública de qualidade e arborização de vias.

Rebatimento da Legislação Urbanística na Subprefeitura

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo



Foto: Território de Subprefeitura de Cidade Tiradentes: A precariedade urbana e habitacional em extremo leste de Município de São Paulo. Acervo SMDU/PMSP, 2016.

(PDE), Lei Municipal 16.050/2014, traz diretrizes ao desenvolvimento de toda a cidade e, por isso, é tão importante que se entenda como este instrumento associa-se ao território e transformações de Cidade Tiradentes.

O território de Cidade Tiradentes é quase inteiramente incorporado à Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental apresentada pelo PDE, apenas pequena

parcela da Subprefeitura ao norte do território na divisa com Guaianases, é demarcada como Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, basicamente a região dos Conjuntos Prestes Maia, Inácio Monteiro e Juscelino Kubitschek. As Macrozonas fundamentam a definição das Macroáreas, ambas orientam os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais.

Em Cidade Tiradentes, a região demarcada como Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana é integralmente demarcada como Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana. Por sua vez, o território demarcado como Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental é, em grande parte, demarcado como Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental; em menor parte como Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental e Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais.

A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental tem, entre outros, o objetivo a manutenção da prestação de serviços ambientais através, por exemplo, da conservação e manutenção do solo e seus recursos hídricos. As regiões parte desta Macrozona contêm importantes remanescentes florestais e apresentam características geológicas e geotécnicas específicas e, por isso, exigem critérios específicos de ocupação e assentamento humano. No caso de Cidade Tiradentes podemos facilmente identificar sua vocação ambiental, basta ter em mente o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres apresentados pelo Plano Diretor, que na Subprefeitura é composto, principalmente, pelos Parques Municipais Existentes (Pq. Vila do Rodeio, Pq. da Ciência e Pq. da Consciência Negra); Parques Municipais em Implantação (Pq. Mata de Sete Cruzes); Parques Municipais em Planejamento (Pq. Linear Nascentes do Aricanduva); e a Área de Proteção APA do Iguatemi, criada por Lei Estadual de nº 8.274/1993.

Grande parte da Macrozona de Proteção e Recuperação

Ambiental está demarcada também como Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental, pois a ocupação de Cidade Tiradentes é decorrente da produção pública e privada de baixa renda. A falta de investimentos públicos e privados, associada à irregularidade da ocupação do território, resulta em comprometimento da prestação de serviços ambientais pela área.

Esta Macroárea apresenta como principais objetivos o fortalecimento das capacidades de proteção social, a promoção da urbanização e regularização fundiária, a construção de habitação de interesse social para moradores de áreas de risco, a conservação e preservação ambiental, a qualificação urbana através, por exemplo, de melhorias e complementação do sistema de mobilidade, a universalização do saneamento ambiental, incentivo à consolidação das centralidades de bairro e aos usos não residenciais nos eixos de estruturação da transformação urbana. Essas questões são importantes para Cidade Tiradentes, região de vulnerabilidade social e ambiental. Sobre isso, basta lembrar-nos dos conjuntos habitacionais irregulares; da Favela Maravilhas, da Ocupação Gráficos e da região de Vila Yolanda; da Estrada do Iguatemi e Avenida dos Metalúrgicos, importantes centralidades e potenciais da Subprefeitura; e dos programas gerenciados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por exemplo.

É interessante mencionar os Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico apresentados pelo Plano Diretor: trata-se de incentivos fiscais e urbanísticos à

expansão das atividades econômicas, ampliação de oferta de empregos e diversificação de usos. No caso de Cidade Tiradentes, o perímetro sobrepõe-se em parte à Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental, associando-se aos seus objetivos: o perímetro abarca as vias Márcio Beck, Souza Ramos, dos Metalúrgicos, Sarah Kubitschek Paulo Menk, Dona Eloá do Valle Quadros e Barão Carvalho do Amparo.

A Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental apresenta como principais objetivos incentivos aos usos não residenciais, promoção da urbanização e regularização fundiária, melhoria e complementação do sistema de mobilidade urbana, a minimização dos riscos geológicos-geotécnicos, universalização do saneamento e proteção ambiental. Em Cidade Tiradentes, as áreas de destaque sob estas diretrizes são as margens do Córrego do Rodeio ao lado da Avenida Souza Ramos, hoje ocupadas, e a Mata de Sete Cruzes, em processo de depreciação.

A Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais objetiva a manutenção das condições naturais dos elementos e processos que compõem os sistemas ambientais. Em Cidade Tiradentes a Macroárea abarca a região das nascentes do Aricanduva, a ser incorporada pelo Parque Linear Nascentes do Aricanduva, e compreende a Zona Especial de Preservação (ZEPAM) demarcada pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2016.

Sobre a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, norte Subprefeitura, destaca-se como objetivos

o aumento da capacidade de proteção social, o incentivo ao uso não residencial nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana e em centralidades de bairro, a promoção da regularização fundiária, a oferta de equipamentos e serviços público e complementação do sistema de mobilidade urbana. Essas diretrizes fazem sentido para a região, onde investimentos de caráter estrutural e voltados à redução da vulnerabilidade social são necessários. A demarcação associa-se às melhorias na Rua Inácio Monteiro previstas pelo PDE.

É importante mencionar também as áreas que integram os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, definidas por faixas de influências do sistema estrutural de transporte coletivo de média e alta capacidade, são porções do território onde é necessário um processo de transformação do uso do solo, com o adensamento populacional e construtivo articulado à qualificação urbanística dos espaços públicos, mudança dos padrões construtivos e ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos. Essa transformação urbanística deve adequar o uso do solo à oferta de transporte público coletivo.

Na Cidade Tiradentes, esses eixos de estruturação da transformação urbana são por exemplo: o Corredor de Ônibus Municipal Planejado (São Mateus/Itaim Paulista) a ser implantado ao longo da Estrada do Iguatemi; e às estações previstas para a Linha do Monotrilho Vila Prudente/Cidade Tiradentes, a serem implantadas na Estrada do Iguatemi; próxima ao Terminal de Cidade Tiradentes e ao Hospital Cidade Tiradentes. São esses

Eixos que determinam em Cidade Tiradentes as áreas de influência potencialmente aptas ao adensamento construtivo e populacional e ao uso misto entre usos residenciais e não residenciais, demarcadas pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Ambiental (ZEUA); Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP) e Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto Ambiental (ZEUPa).

Caracterização

Cidade Tiradentes apresentou entre os anos de 1980 e 2010 imenso incremento populacional: Se no ano de 1980 contava com 8.603 habitantes, população tipicamente rural, nos anos de 2010 a conta já era de 211.501 habitantes, constituída em sua maioria por moradores de áreas urbanas precárias, em situação de alta vulnerabilidade social. Pode-se dizer que este fenômeno está diretamente associado à ação do poder público na região e à provisão de unidades habitacionais de interesse social através da construção de grandes conjuntos habitacionais no local: Cidade Tiradentes recebeu grande número de famílias em curto período de tempo. Desde então as taxas de crescimento populacional vêm decaindo e hoje giram em torno de 1%, a taxa municipal é de 0,8%.

O período em questão demonstra que a população da Subprefeitura cresceu cerca de 24 vezes em 30 anos, representando drástico adensamento demográfica: de 7,6 habitantes/hectare em 1980 passou para 186,4 habitantes/hectare em 2010. No Município de São Paulo

as densidades demográficas para o mesmo período foram de 77 habitantes/hectare em 1980 e 102,0 habitantes/hectare em 2010. É possível dizer que o Município, apesar de seu considerável crescimento demográfico e adensamento populacional, apresentou evolução muito inferior àquela associada ao território de Cidade Tiradentes.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU, leva em consideração o grau de escolaridade, a renda e a expectativa de vida dos habitantes de determinada região para a análise da qualidade de vida de determinadas populações, variando de 0 a 1: quanto mais o índice se aproxima de 1, maior é o IDH e a qualidade de vida. Seguindo essa lógica, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado para Cidade Tiradentes no ano de 2010 foi de 0,708, inferior ao do município 0,805 e o segundo menor entre as Subprefeituras, à frente apenas da Subprefeitura Parelheiros. Tal dado evidencia a precisão por políticas públicas voltadas à melhoria de vida em Cidade Tiradentes, em especial por políticas públicas de distribuição de renda, já que se trata do indicador com maior disparidade entre os resultados associados ao Município e à Subprefeitura.

Também é importante notar que, segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)¹, 33,5% dos

1. Trata-se de um indicador fundamentado em estudos e teorias sobre o fenômeno da pobreza, que levam em conta não apenas a renda, mas também os diversos fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social (escolaridade, saúde, arranjo familiar, possibilidades de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos). O IPVS é uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em

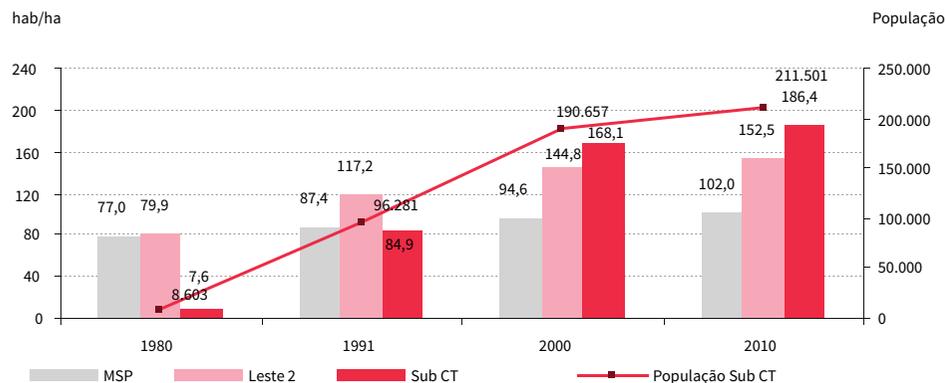
habitantes de Cidade Tiradentes encontram-se em situação de alta vulnerabilidade social, enquanto o Município de São Paulo apresenta o percentual de 16,4%. Pode-se dizer, então, que Cidade Tiradentes é região de grande vulnerabilidade. A exclusão e desigualdade sociais são significativas neste território.

Há de se levar em conta também que os jovens representam grande parte da população de Cidade Tiradentes (27,9% dos habitantes pertencem à faixa etária de 0 a 14 anos), enquanto os idosos podem ser considerados minoria (5,8% dos habitantes possuem mais de 60 anos), aspecto de fundamental importância para a compreensão do perfil populacional de Cidade Tiradentes.

A população de Cidade Tiradentes apresenta um perfil socioeconômico de baixa renda: o rendimento domiciliar per capita é de aproximadamente R\$500,00, e é considerado um dos piores desempenhos apresentados em todo o Município de São Paulo. Entre os anos 2000 e 2010 a população desta Subprefeitura apresentou melhorias associadas a sua escolaridade e longevidade, no entanto, o perfil sócio-econômico mantém-se praticamente estável (poucas mudanças referentes à renda familiar), tal fenômeno justifica, ao menos em parte, o 2º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município de São Paulo.

grupos de vulnerabilidade social a partir de uma combinação entre as dimensões demográfica e socioeconômica. Fonte: (http://indices-ilk.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf)

População total e densidade demográfica, 1980 a 2010



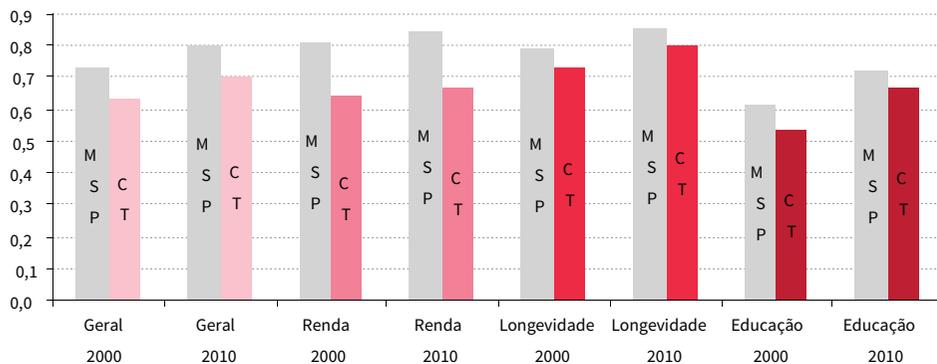
Fonte: IBGE- Censos 1980, 1991, 2000 e 2010

Taxa de crescimento populacional, 2000 a 2010



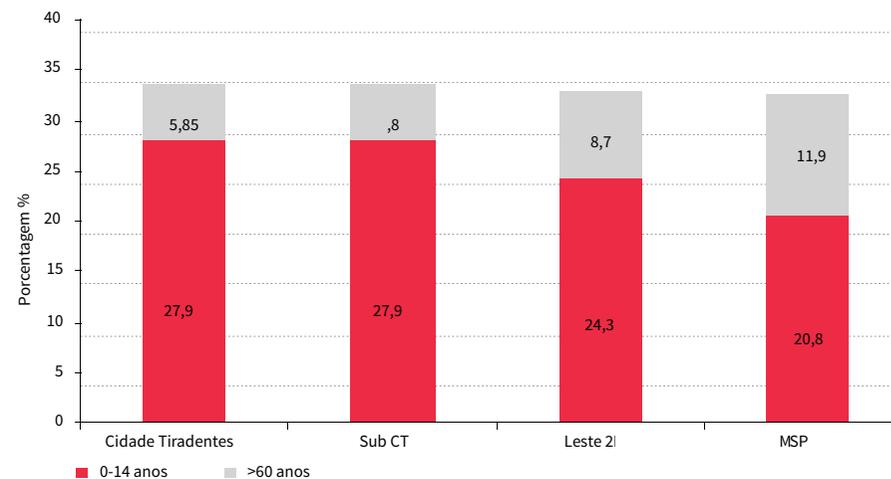
Fonte: IBGE- Censos 2000 e 2010

Índice de Desenvolvimento Humano do Município, 2000 e 2010



Fonte: IPEA/ PNUD/ Fundação João Pinheiro

Percentual de participação das faixas etárias de até 14 anos e 60 e mais, 2010



Fonte: IBGE- Censo 2010

É importante observar, também, que o território de Cidade Tiradentes apresenta baixa oferta de empregos formais: enquanto a população da Subprefeitura representa 1,9% da total do Município, a oferta de empregos formais é de apenas 0,2% e, como resultado, a relação entre empregos formais e habitante em idade ativa e com mais de 10 anos é de apenas 0,03, enquanto o índice municipal é de 0,41. Pode-se dizer que tal panorama contribui negativamente para a empregabilidade da população de Cidade Tiradentes, da qual apenas 43% encontra-se em situação ocupacional 'ocupada'; o índice do Município é de 49%.

Neste sentido, é interessante a promoção de políticas públicas que contribuam para a capacitação profissional de Cidade Tiradentes. Atualmente, existem na Subprefeitura 2 escolas técnicas, responsáveis por 1.936 matrículas (2013) e com enfoque principalmente no eixo tecnológico "Ambiente e Saúde" (1.214 matrículas), aspecto interessante, uma vez que próximo às escolas encontra-se o Hospital Cidade Tiradentes.

Pouco a pouco, as atividades econômicas ganham espaço em Cidade Tiradentes, estruturadas principalmente no âmbito da informalidade, alternativa à baixa oferta de empregos formais em uma Subprefeitura de perfil sócio-econômico baixo. Referente a isso, em busca de alternativas à situação legal de Cidade Tiradentes, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), Lei 16.402, de 22 de Março de 2016 no Município de São Paulo reconhece considerável parcela das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), demarcadas pelo PDE, como Zona Mista de Interesse Social (ZMIS) e Zona Mista de

Interesse Social Ambiental (ZMISa), consagrando-se como instrumento urbanístico possibilitador da mudança local e da regularização das atividades econômicas já existentes. Além disso, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE 2014) demarca em Cidade Tiradentes o Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Jacu-Pêssego e áreas de influência existentes e previstas dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, medidas que buscam a promoção do desenvolvimento econômico local.

Cidade Tiradentes é composta por população em situação de alta vulnerabilidade social e marcadamente jovem (27,9% entre 0 e 14 anos; 5,8% com mais de 60 anos). Assim sendo, as demandas por serviços públicos estão fortemente associadas às atividades e programas organizados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), hoje insuficientes frente à demanda deste território.

Segundo SMADS, em 2014 a capacidade de atendimento da rede socioassistencial em relação à demanda apresentada pelo Cadastro Único em Cidade Tiradentes era inferior à capacidade apresentada pelo Município, isso quando consideradas as faixas etárias de 6 a 14 anos (7,95%; Município: 12,68%) e idosos acima dos 60 anos (22,48%; Município: 25,69%). É interessante notar que, para os jovens entre 15 e 17 anos o atendimento é de 17,55%, superior à média da capital (13,55%).

Sobre os Serviços de Saúde, Cidade Tiradentes possui 1 Unidade Básica de Saúde (UBS) para cada 20.000 habitantes

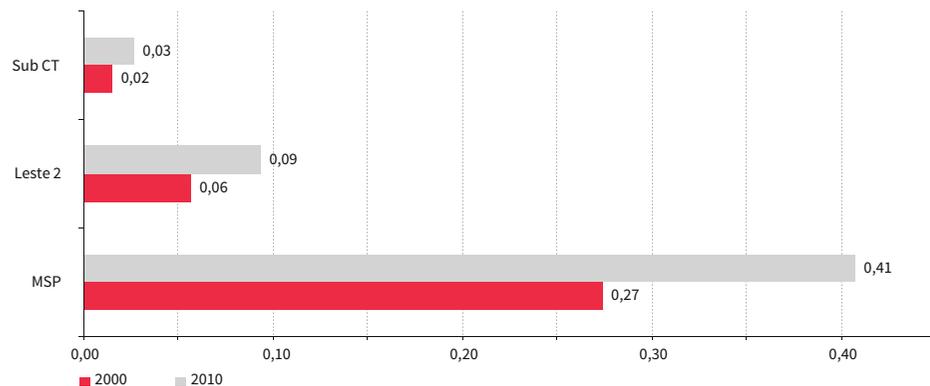
desde 2000, superando assim o índice apresentado pelo Município (1 UBS/25.000 habitantes). Contudo, ainda há a necessidade de novas UBSs na Subprefeitura, em especial em setores de maior densidade e vulnerabilidade social. Sobre os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a Subprefeitura apresentou o índice de 1,05 leito SUS/1.000 habitantes em 2010, valor muito abaixo da média apresentada pelo Município no mesmo ano (1,61 leito SUS/1.000 habitantes). O Hospital Municipal Cidade Tiradentes, inaugurado em 2007, é o principal equipamento público de saúde da região.

Em relação ao atendimento prestado pelo Serviços de Educação, a análise das frequências bruta (pessoas de determinada faixa etária que frequentam a escola) e líquida (pessoas de determinada faixa etária que frequentam a escola no nível de ensino adequado a sua idade) registradas nos estabelecimentos de ensino de Cidade Tiradentes permite identificar a semelhança em relação aos comportamento apresentado pelo Município para a faixa etária de 6 a 17 anos; para a faixa etária de 0 a 5 anos a frequência de pessoas que frequentam a escola (frequência bruta) em Cidade Tiradentes é de 3,75%, enquanto no Município como um todo a frequência é de 4,50%. É identificada ainda a demanda por Centros de Educação Infantil (CEI) em Cidade Tiradentes, com demanda cadastrada de 359 vagas em creche no ano de 2014.

Segundo análises, apenas 9,07% da população de Cidade Tiradentes vive a mais de 1 quilômetro de distância de equipamentos públicos de cultura, dado que demonstra

Empregos formais por habitante

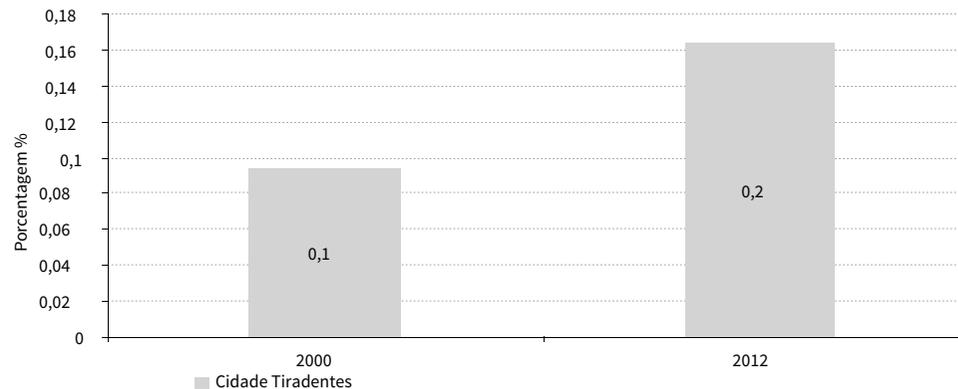
Exclui Administração Pública; População em Idade Ativa, acima de 10 anos



Fonte: IBGE, Censo Demográfico; Ministério do Trabalho e Emprego- Rais

Participação dos empregos formais em relação ao MSP

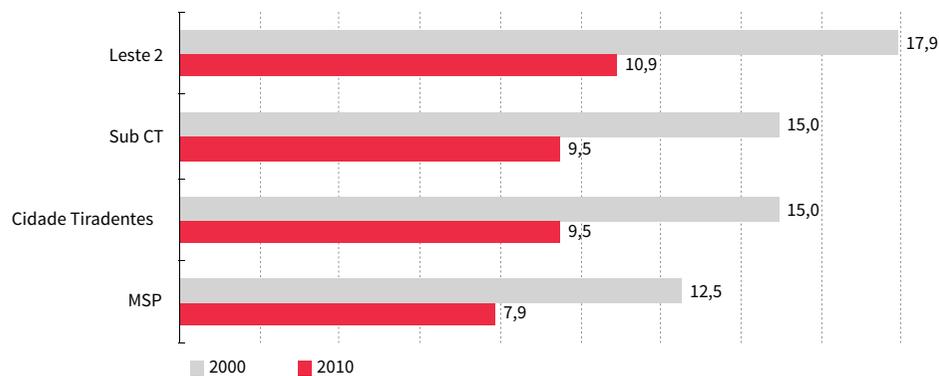
Exclui Administração Pública



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego- Rais

Condição de inadequação domiciliar

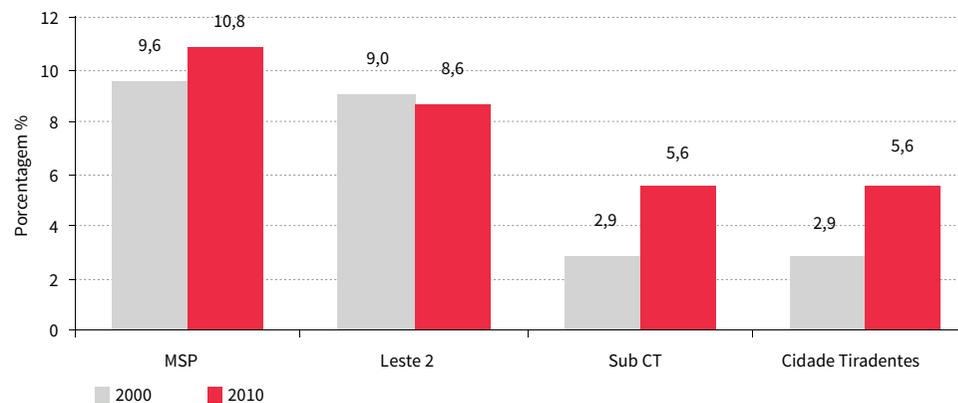
Percentual de domicílios com mais de 3 moradores por dormitório



Fonte: IBGE- Censos 2000 e 2010

Participação de domicílios em favelas

Participação dos domicílios sobre o total de domicílios do território



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)

a homogeneidade com que esses equipamentos estão distribuídos ao longo da Subprefeitura. Sobre isso, ressalta-se a importância dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) Inácio Monteiro e Água Azul, o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT) e o Instituto Pombas. Também é interessante mencionar a previsão de implementação do Território CEU na Rua Alexandre Davidenko ao longo dos próximos anos.

Sobre Esporte e Lazer é constatada a baixa oferta de serviços em toda a Subprefeitura: cerca de 43% da população reside a mais de 1 quilômetro desses equipamentos, evidenciando a necessidade da melhoria dos serviços públicos voltados ao Esporte e Lazer em Cidade Tiradentes.

Em relação ao uso da terra, o Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza (TPCL) abarca apenas pequena parcela do território de Cidade Tiradentes: a maior parte da Subprefeitura encontra-se em situação fundiária irregular.

O quadro habitacional de Cidade Tiradentes atual é em parte constituído pelo crescimento urbano desordenado que se dá, principalmente, através da ocupação de áreas verdes e livres e em parte condicionado pelos edifícios habitacionais de interesse social construídos pelo poder público. Sobre o território constituído por loteamentos irregulares e favelas, é possível dizer: Cidade Tiradentes apresenta índice relativamente baixo de domicílios em favela, apenas 5,6% em 2010 (No Município de São Paulo a relação é de 10,8% em 2010). No entanto, é constatado

pela Secretaria da Coordenação das Subprefeituras (SMSF) que cerca de 1.373 pessoas vivem em áreas de risco, sendo grande parte deles moradores de favelas: Maravilhas, Gráficos e Vilma Flor são exemplos. Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 9,5% dos domicílios encontram-se em condição de inadequação domiciliar (mais de 3 moradores por dormitório), a média municipal é de 7,9%. Dessa maneira, subentende-se que a inadequação domiciliar não se restringe às favelas. Por fim, Cidade Tiradentes apresenta baixo índice de vacância de domicílios (imóveis vagos), cerca de 3,5% em 2010 segundo o IBGE, enquanto o Município de São Paulo apresentou índice de vacância de 7,5%.

Frente a isso, a Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB)² conduz atualmente diversos projetos de regularização fundiária, estando a maior parte deles em andamento e voltada especialmente aos loteamentos irregulares da Subprefeitura. É importante que os projetos atuais sejam concluídos, mas também que o programa como um todo seja fortalecido e responda às demandas deste território, majoritariamente em situação fundiária irregular. Em relação à provisão habitacional, há também alguns projetos voltados à urbanização de favelas e construção de novas unidades habitacionais, grande parte deles vinculada ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do Governo Federal. Neste sentido, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo contribuem para o equacionamento da questão habitacional de Cidade Tiradentes.

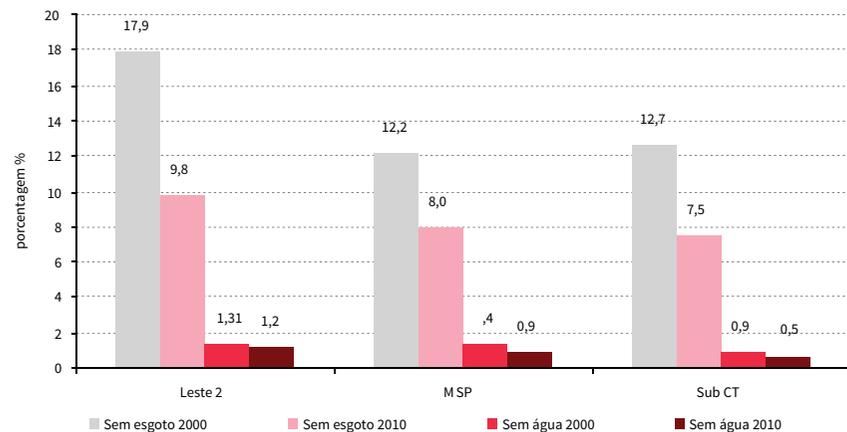
2. Fonte: <http://www.habisp.inf.br/>

Em suma, alguns dos grandes desafios de Cidade Tiradentes é entender as possibilidades e alternativas relacionados à regularização de seu território, ao equacionamento da questão habitacional associada à questão ambiental, à contenção do espraiamento urbano desordenado e à promoção da diversificação dos usos neste território.

A proporção de domicílios não conectados às redes gerais de água e esgoto diminuiu ao longo das últimas décadas no Município de São Paulo: os investimentos em infraestrutura de abastecimento e saneamento ambiental superaram o crescimento populacional registrado desde os anos 2000 na capital. No caso de Cidade Tiradentes, o padrão se mantém, no entanto, ainda é possível verificar que 7,5% dos domicílios não conectados à rede de esgoto e 0,5% não conectados à rede de água, comprometendo a prestação de serviços ambientais por este território.

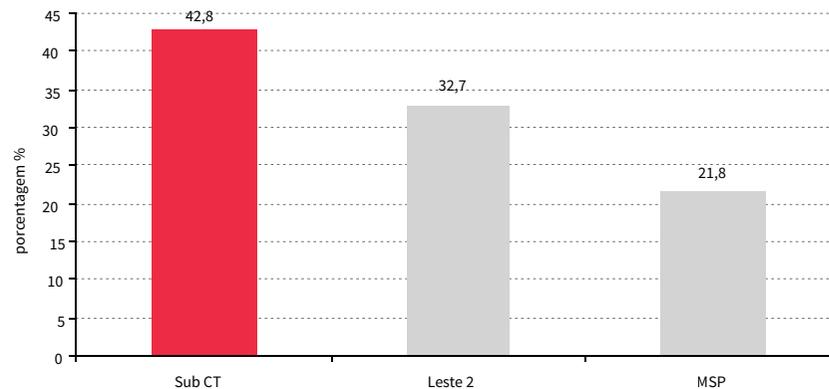
Em relação à mobilidade urbana, Cidade Tiradentes encontra-se entre as Subprefeituras com maior incidência de deslocamentos casa-trabalho com duração de mais de uma hora: cerca de 43% dos trabalhadores, enquanto o percentual no Município é cerca de 21,8%. Além da baixa oferta de empregos formais na região, outro fator importante que contribui para o tempo gasto em deslocamentos é a precariedade apresentada pelo sistema viário e mobilidade urbana de Cidade Tiradentes: apenas 5,9% de suas vias são estruturais, somente 0,4% das vias contam com faixa exclusiva de ônibus e a Subprefeitura atualmente não conta com nenhum corredor de ônibus ou modalidade alternativa de transporte de média ou alta

Proporção de domicílios não conectados à rede geral de água e esgoto



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000 e 2010

Percentual de trabalhadores que gastam mais de uma hora no deslocamento casa - trabalho, 2010



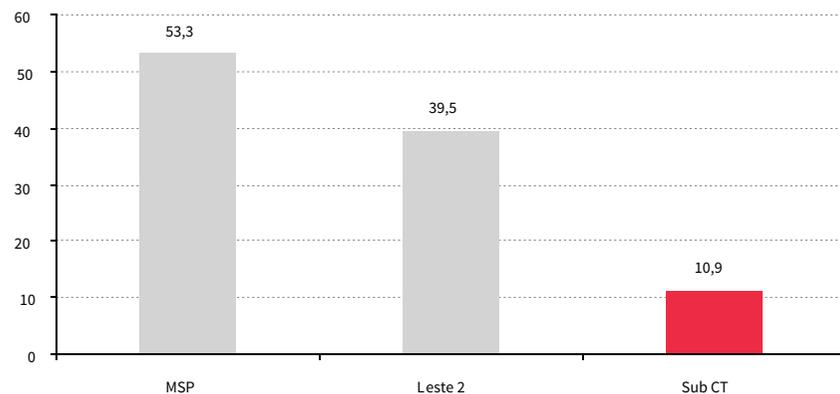
Fonte: IBGE- Censo 2010

Participação do número de viagens diárias dos residentes por modos de transporte principal, 2007



Fonte: Metrô. Pesquisa Origem e Destino, 2007.

Percentual da população residente distante a mais de 1 km de parques, 2010



Fonte: SVMA. Parques, 2014; IBGE. Censo Demográfico, 2010

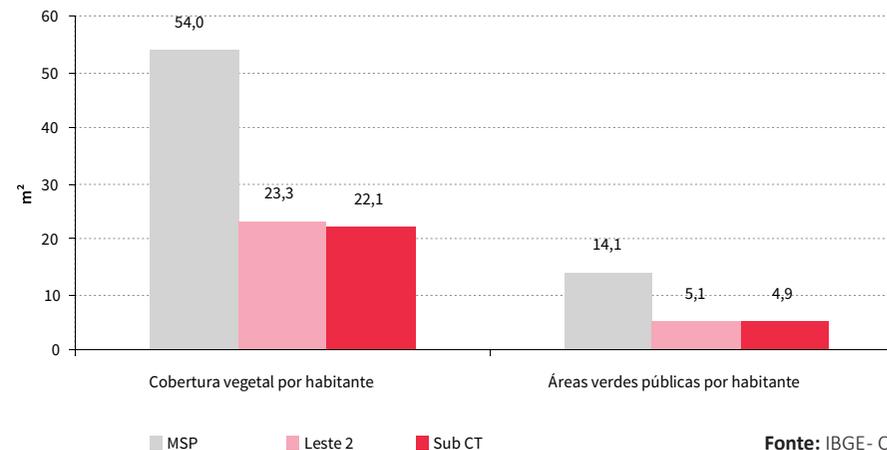
capacidade. É importante que se tenha claro tratar-se de região em que apenas 8,2% das viagens diárias totais são por modo de transporte individual, cerca de 58% das viagens diárias totais são por modos de transporte coletivo e 33,9% a pé: os dados corroboram a precisão por investimentos em sistema de transporte público e coletivo na região. Em São Paulo como um todo, os deslocamentos por modo de transporte coletivo é de 37,1%, seguidos do modo a pé 31,6% e modo individual 30,6%.

Cidade Tiradentes está estruturada por três principais vias: Estrada do Iguatemi, Rua Inácio Monteiro e Avenida dos Metalúrgicos. A primeira é responsável pela conexão regional e pelo acesso à Linha Coral CPTM em Guaianases; A segunda é responsável por atender a região da COHAB Prestes Maia, Inácio Monteiro e Vila Yolanda; A terceira é

responsável por atender a região sudeste e nela concentra-se a maior parte dos principais serviços e equipamentos, entre eles: Terminal Central de Cidade Tiradentes, Hospital Municipal de Cidade Tiradentes e o CEU Água Azul. A carência por vias estruturais é um impeditivo em Cidade Tiradentes, dificultando a ampliação de passeios públicos, implantação de mobiliário urbano e até a regularização do comércio, por exemplo. Portanto, é fundamental que se executem ações sobre o sistema viário que possibilitem os deslocamentos internos, a conexão com demais regiões do Município e melhorias do espaço público.

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo aponta como diretrizes à mobilidade urbana e infraestrutura de Cidade Tiradentes, entre outras, a implantação da Linha do Monotrilho Vila Prudente -

Cobertura vegetal e áreas verdes públicas por habitante, 2014. Cobertura vegetal total considera a área total de vegetação arbórea e rasteira classificada por imagem de satélite. O Índice de Parques e Áreas Verdes considera a totalidade das áreas dos parques municipais e estaduais existentes, além das áreas ajardinadas em praças, canteiros, avenidas e em próprios municipais.



Fonte: IBGE- Censo 2010

Cidade Tiradentes, os Corredores de Ônibus Municipal Itaim Paulista - São Mateus e Itaquera - São Mateus, melhoramentos viários na Rua Inácio Monteiro, Avenida dos Metalúrgicos e Estrada do Iguatemi e a implementação de coletores tronco na região nordeste e central de Cidade Tiradentes.

Do ponto de vista ambiental, destacam-se importantes maciços florestais em Cidade Tiradentes, tais como o Parque Municipal Vila do Rodeio, criado para preservar parte das nascentes do Córrego do Rodeio e da mata remanescente em estágio de regeneração; o Parque Municipal da Ciência, com vegetação composta predominantemente por remanescente de Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração; o Parque Municipal Linear da Consciência Negra, criado, especialmente,

para preservar as nascentes do Córrego Itaquera e da Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração; a Área de Proteção Ambiental Iguatemi, situada entre conjuntos habitacionais, em grande terreno pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)³. Também é importante notar que a Subprefeitura trata-se de região de cabeceiras e, assim sendo, é marcada pela presença de cursos d'água.

É importante mencionar o processo de ocupação das áreas verdes e livres, em especial das margens dos córregos, que se dá atualmente em Cidade Tiradentes. Assim sendo, são de fundamental importância as políticas voltadas à provisão universal do saneamento ambiental, aspecto importante para a manutenção da prestação de serviços ambientais da área. Tais diretrizes são, inclusive, previstas pelo Plano Diretor de 2014.

Sobre o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres existentes na Subprefeitura, é dado que apenas 10,9% da população reside a mais de 1 quilômetro de parques (Média Municipal: 53,3%), indicativo da boa distribuição dos parques em Cidade Tiradentes. Contudo, o acesso a esses equipamentos ainda é pouco qualificado e difícil, uma vez que a Subprefeitura apresenta um índice de apenas 18,3 árvores/quilômetro de via (Média Municipal: 37,3 árvores/quilômetro de via), revelando a relativa baixa arborização viária; além disso, é possível

3. Localizada próxima à APA Parque e Fazenda do Carmo, criada por meio da Lei Estadual nº 8.274 de 2 de abril de 1993, com o objetivo de proteger o pequeno fragmento de Mata Atlântica, que abriga espécies da fauna local e manter o microclima das áreas em torno dele.

destacar a topografia acidentada e passeios públicos desqualificados como agravantes. Segundo o IBGE e a Secretaria Municipal de Esportes (SEME), 43% da população não possui acesso próximo a equipamentos de esporte e lazer.

Em relação à cobertura vegetal, índice que considera a área total de vegetação arbórea e rasteira classificada por imagem de satélite, Cidade Tiradentes apresenta 22 m²/habitante, bem abaixo do índice apresentado pelo Município de São Paulo 54 m²/habitante. Quanto ao índice de parques e áreas verdes, indicador que considera a totalidade das áreas dos parques municipais e estaduais existentes, além das áreas ajardinadas em praças, canteiros, avenidas e áreas verdes de propriedade do Município, o território apresenta 4,9 m²/habitante, índice abaixo da média paulistana, equivalente a 14,1 m²/habitante.

Em suma, é possível afirmar que, apesar da existência de grandes maciços verdes, parques e áreas de proteção ambiental, o espaço público de Cidade Tiradentes ainda pode ser classificado como árido e pouco receptivo à permanência, aspecto que corrobora a precisão por investimentos públicos voltados à qualificação de suas áreas livres e espaços de convivência, assim como à preservação e conservação das condições naturais dos elementos e processos que compõem os sistemas ambientais da Subprefeitura.

Desafios da Subprefeitura

A Subprefeitura de Cidade Tiradentes é marcada pela precariedade urbana e vulnerabilidade social e em território de prestação de serviços ambientais. Por sua condição periférica, incorpora problemas estruturais e comuns às demais regiões de bordas do Município, no entanto, os materiais de maneira muito particular, reflexo e parte do processo de urbanização sem paralelo em toda a capital paulista. Assim sendo, muitos são os desafios em busca de melhor qualidade de vida, da diminuição das desigualdades e vulnerabilidades sociais, da qualificação e estruturação urbanas, da recuperação ambiental e da preservação dos ecossistemas naturais.

Sob o ponto de vista Social, Cidade Tiradentes apresenta evoluções em relação à longevidade e escolaridade, contudo, a renda mantém-se estagnada. Assim sendo, ressalta-se a precisão por políticas voltadas à distribuição de renda e também à empregabilidade desta população. Também é importante notar que considerável parcela dos moradores de Cidade Tiradentes encontram-se em situação de alta vulnerabilidade social, assim sendo, o combate às desigualdades sociais é fundamental neste território, marcadamente jovem.

Além disso, tendo em vista a baixa oferta de empregos formais, o baixo perfil de renda da população, as atividades informais que se dão no território e a predominância do uso residencial em Cidade Tiradentes, é necessário a promoção de políticas públicas que contribuam para a capacitação profissional da população, a legalização das

atividades já existentes e a implementação de incentivos à diversificação de usos no território, fundamental para o Desenvolvimento Econômico local.

A importância Ambiental associada à Cidade Tiradentes é evidente, localizada em região de cabeceiras e permeada por importantes maciços verdes, atualmente responsável pela prestação de serviços ambientais. Sobre o tema, é importante mencionar o processo de ocupação e espraiamento urbano desordenado sobre áreas verdes e livres, algumas delas protegidas por lei, e a depreciação ambiental de importantes maciços verdes que se dá em Cidade Tiradentes. Assim sendo, é de importância a implementação de políticas públicas voltadas à preservação e conservação das condições naturais dos elementos e processos que compõem os sistemas ambientais da Subprefeitura.

De maneira geral, o Acesso a Serviços e Equipamentos Públicos na Subprefeitura é precário, insuficiente frente às necessidades de Cidade Tiradentes, tendo sido constatadas demandas específicas por unidades básicas de saúde (UBS), creches (CEI), equipamentos de lazer e esportes e, em especial, por atividades e programas referentes à assistência social, principalmente por tratar-se de território em que considerável parcela populacional encontra-se em situação de alta vulnerabilidade social. Um dos aspectos positivos referentes ao tema é a existência de equipamentos culturais e parques distribuídos e a homogeneidade com que os mesmos estão distribuídos pelo território. Contudo, é importante a ampliação de sua capacidade de atendimento, pela melhoria nas condições

de acesso, por exemplo, pela melhoria na conectividade viária e sistema de transporte público, adequação de calçadas, implantação de mobiliários urbanos, iluminação pública de qualidade e arborização de vias.

Sobre a Moradia e Uso do Solo, constata-se que a regularização fundiária é grave problema em Cidade Tiradentes: a Subprefeitura encontra-se majoritariamente em situação fundiária irregular. Especificamente sobre a Moradia, é possível dizer que se trata de território ainda em processo de crescimento e espraiamento desordenado, fenômeno responsável pela ocupação de áreas verdes e livres, e, apesar de contar apenas com algumas favelas, apresenta alto índice de inadequação domiciliar, entendendo que não se trata de problema associado unicamente a este tipo de assentamento. Em suma, é importante que se entenda os desafios relacionados, por exemplo, à regularização fundiária, ao equacionamento da questão habitacional (urbanização e provisão habitacional também àqueles em situação de risco, por exemplo), à contenção do espraiamento urbano e à conservação ambiental além de incentivos e políticas voltadas à diversificação do uso do solo em Cidade Tiradentes.

A Infraestrutura e a Mobilidade Urbanas são assuntos importantes ao território de Cidade Tiradentes. A grande quantidade de tempo gasto nos deslocamentos casa-trabalho; a precariedade do sistema viário; o transporte público coletivo ineficiente e a inexistência de modais alternativos; a conexão deficiente entre as diferentes regiões da Subprefeitura e também entre a Subprefeitura

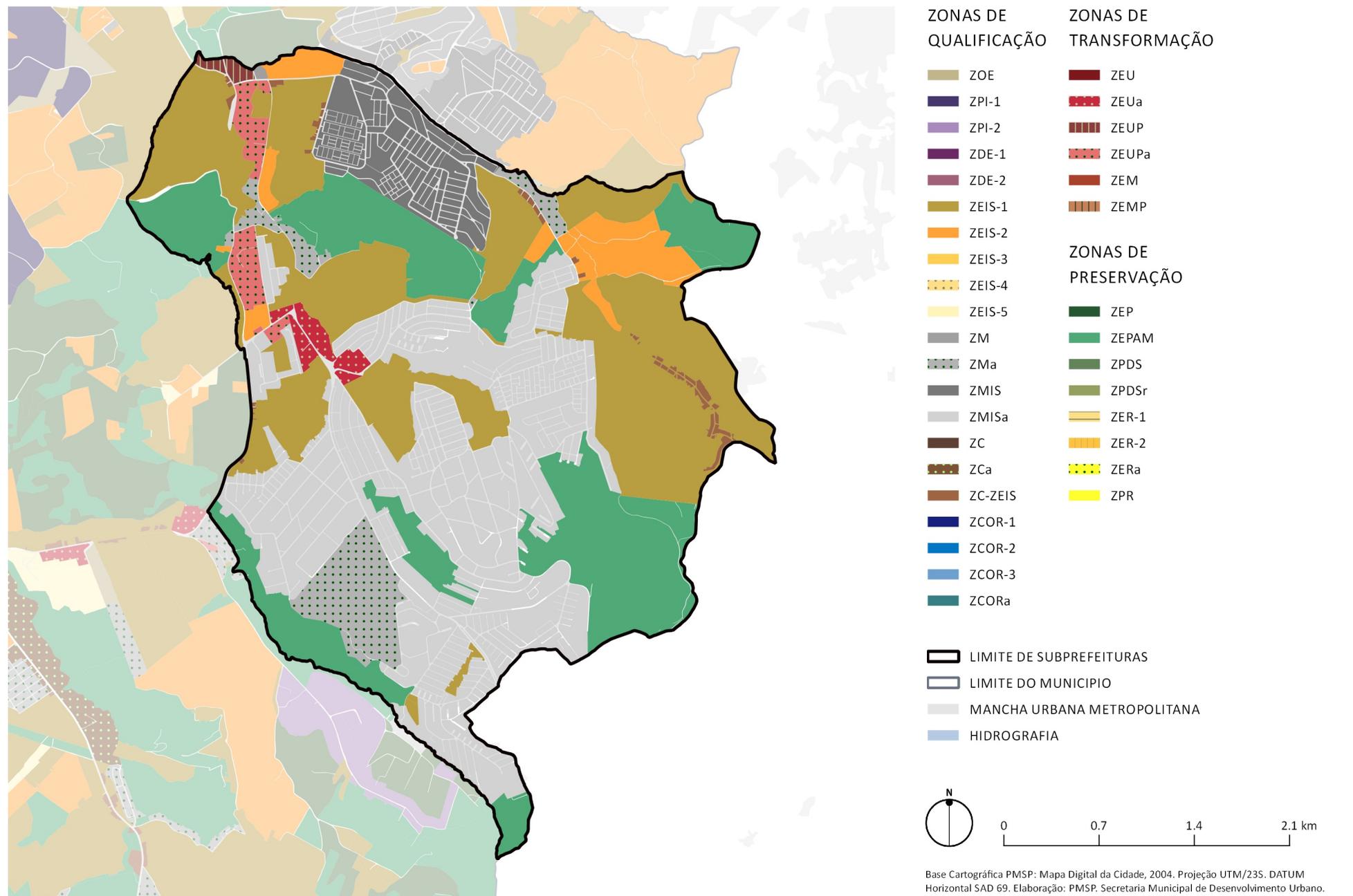
e demais regiões do Município; a universalização do saneamento ambiental, em especial a coleta e tratamento de esgoto e do acesso à água são alguns dos principais desafios às questões destes temas em Cidade Tiradentes. Tais questões requerem medidas que busquem a estruturação do sistema de mobilidade urbana como um todo, associando às melhorias do sistema viário alternativas que contemplem também os deslocamentos a pé e ofereça opções alternativas ao deslocamento através de transporte público e coletivo, em busca não só da prestação dos serviços urbanos básicos, mas também da valorização dos espaços públicos e do meio-ambiente. Por fim, salienta-se a importância de abordagens e proposições sistêmicas em Cidade Tiradentes: os problemas, apesar de suas particularidades, estão inter-relacionados e influenciam a eficiência dos investimentos e políticas públicas realizadas nos diversos campos de atuação. A precariedade é complexa e a vulnerabilidade social é marcante, panorama que exige abordagem criativa e que contemple as particularidades e evolução histórica apresentadas pelo local.

Diretrizes da Subprefeitura

Para enfrentar os desafios, ora expostos, as diretrizes prioritárias de Cidade Tiradentes são:

- Atender demanda por equipamentos e serviços públicos, visando o combate das desigualdades sociais;
- Ativar economicamente o território, promovendo a qualificação profissional, legalizando e incentivando as atividades econômicas em Cidade Tiradentes;

- Ampliar e qualificar o sistema de mobilidade urbana e a malha viária eliminando gargalos e nós viários;
- Implantar e qualificar sistemas de percursos de pedestres e ciclovias, com melhorias nas calçadas, travessias sobre córregos e percursos que fracionem as grandes quadras e glebas;
- Solucionar questão habitacional e urbanística, promovendo infraestrutura adequada;
- Ampliar a cobertura de abastecimento de água com qualidade e sem interrupções; a coleta, tratamento e disposição adequada dos efluentes; as redes de águas pluviais; e a coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos, conforme o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Promover a regularização fundiária;
- Recuperar e preservar os ecossistemas naturais.



Lista de Abreviaturas e Siglas

A

ABC - Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo, cuja sigla provém das cidades que formam a região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AC-2- Áreas públicas ou privadas ocupadas por Clubes de Campo, de acordo com a Lei 16.402/16
AD- Subprefeitura de Cidade Ademar
AF – Subprefeitura de Aricanduva/Vila Formosa
AMLURB- Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
AOD- Área de Ocupação Dirigida, das Leis Estaduais Nº Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
APA – Área de Proteção Ambiental
APRM- Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
ATOS – Assessoria Técnica de Obras e Serviços

B

BT- Subprefeitura do Butantã

C

CadÚnico- Cadastro Único
CAPS- Centro de Atenção Psicossocial
CCJ- Centro de Cultura da Juventude
CDC- Clube da Comunidade
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CECCO - Centro de Convivência e Cooperativa para pacientes psiquiátricos
CEI – Centro de Educação Infantil
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CER- Centro Especializado em Reabilitação
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU – Centro Educacional Unificado

CGE – Centro de Gerenciamento de Emergências
CGM – Controladoria Geral do Município
CL – Subprefeitura do Campo Limpo
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CS – Subprefeitura de Capela do Socorro
CT – Subprefeitura de Cidade Tiradentes
CV – Subprefeitura de Casa Verde

D

DEINFO – Departamento de Produção e Análise da Informação
DETRAN-SP – Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo

E

EM – Subprefeitura de Ermelino Matarazzo
EMBRAESP – Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

F

FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEPASA- Ferrovia Paulista S.A
FERROBAN- Ferrovia Bandeirantes S.A.
FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FO – Subprefeitura da Freguesia do Ó / Brasilândia

G

GU – Subprefeitura de Guaianases

H

HIS- Habitação de Interesse Social

I

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IM – Índice de Mobilidade
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP – Subprefeitura do Ipiranga
IPEA– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IQ – Subprefeitura de Itaquera
ISS- Imposto Sobre Serviços
IT – Subprefeitura de Itaim Paulista
ITBI- Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

J

JA – Subprefeitura de Jabaquara
JT – Subprefeitura de Jaçanã / Tremembé

L

LA – Subprefeitura da Lapa
LPUOS- Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo , Lei Municipal Nº 16.402/16

Lista de Abreviaturas e Siglas

M

MB – Subprefeitura de M’Boi Mirim
MDC – Mapa Digital da Cidade
MEM- Macroárea de Estruturação Metropolitana
MG – Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme
MO – Subprefeitura da Mooca
MobiLab – Laboratório de Mobilidade Urbana
MP – Subprefeitura de São Miguel Paulista
MRVU- Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana
MSP – Município de São Paulo
MQU- Macroárea de Qualificação da Urbanização

P

PA – Subprefeitura de Parelheiros
PDE – Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/14)
PE – Subprefeitura da Penha
PI – Subprefeitura de Pinheiros
PIU- Projeto de Intervenção Urbana
PJ – Subprefeitura de Pirituba / Jaraguá
PlanMob – Plano Municipal de Mobilidade de São Paulo
PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR – Subprefeitura de Perus
PRE – Plano Regional Estratégico (Lei 13.885/04)
PROAIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo
PRS – Plano Regional da Subprefeitura (Decreto nº 57.537/16)

R

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social
RMSP- Região Metropolitana de São Paulo

S

SA – Subprefeitura de Santo Amaro
SABESP- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAD- Serviço Atenção Domiciliar
SAE DST/AIDS - Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids
SAPAVEL - Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SB – Subprefeitura de Sapopemba
SBD- Subáreas de Baixa Densidade, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SCA - Subárea de Conservação Ambiental, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SDTE – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SE – Subprefeitura da Sé
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SECOM – Secretaria Executiva de Comunicação
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SEME – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
SEL – Secretaria Municipal de Licenciamento
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SF – Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
SGM – Secretaria do Governo Municipal

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade
SISCOR – Sistema de Controle de Resíduos Sólidos Urbanos
SIURB – Secretaria Municipal de infraestrutura Urbana e Obras
SM – Subprefeitura de São Mateus
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SME – Secretaria Municipal da Educação
SMG – Secretaria Municipal de Gestão
SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
SMPIR – Secretaria Municipal de Promoção de Igualdade Racial
SMPM – Secretaria Municipal de Política para as Mulheres
SMRIF – Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SMSP – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT – Secretaria Municipal de Transportes
SNJ – Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
SOD - Subárea de Ocupação Diferenciada, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SOE- Subárea de Ocupação Especial, das Leis Estaduais Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06
SPTRANS – São Paulo Transporte
SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

Lista de Abreviaturas e Siglas

ST – Subprefeitura de Santana / Tucuruvi

SUC- Subárea de Ocupação Urbana Consolidada, das Leis Estaduais Nº Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06

SUCT- Subárea de Ocupação Urbana Controlada, das Leis Estaduais Nº Nº 13.579/09 e Nº 12.233/06

SUS – Sistema Único de Saúde

SUVIS- Supervisões de Vigilância em Saúde

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

T

TICP- Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

TPCL – Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza

U

UBS – Unidade Básica de Saúde

V

VM – Subprefeitura de Vila Mariana

VP – Subprefeitura de Vila Prudente

Z

ZC- Zona de Centralidade, de acordo com a Lei 16.402/16

ZDE - Zona de Desenvolvimento Econômico, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEM - Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEPAM- Zona Especial de Proteção Ambiental, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEPEC- Zonas Especiais de Preservação Cultural

ZER- Zona Exclusivamente Residencial, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEU- Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana, de acordo com a Lei 16.402/16

ZEUp - Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto, de acordo com a Lei 16.402/16

ZM- Zona Mista, de acordo com a Lei 16.402/16

ZMa - Zona Mista Ambiental, de acordo com a Lei 16.402/16

ZOE - Zona de Ocupação Especial, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPDS - Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPDSr - Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Zona Rural, de acordo com a Lei 16.402/16

ZPI- Zona Predominantemente Industrial, de acordo com a Lei 16.402/16

Processo de Revisão Participativa

O Decreto Nº 57.537/16 é fruto de amplo processo participativo de revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras. O processo teve participação de mais de 550 técnicos de secretarias, órgãos e subprefeituras municipais organizados em dois Grupos de Trabalho (Conteúdo e Participação), realizando 15 rodadas de trabalho entre agosto de 2015 e dezembro de 2016.

O trabalho foi apoiado por residentes do Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana, selecionados em convênio estabelecido entre a SMDU e a FAUUSP. O processo estabelecido entre técnicos da SMDU, residentes e representantes de órgãos e subprefeituras se mostrou muito rico tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de metodologias quanto de conteúdo.

As 15 rodadas de trabalho compreenderam 50 encontros, sempre com representantes das secretarias e em subgrupos de trabalho organizados por conjuntos de subprefeituras. Além destes encontros, foram realizadas ainda diversas reuniões entre equipes do Departamento de Urbanismo da SMDU, arquitetos residentes e técnicos das respectivas subprefeituras, de secretarias e órgãos municipais e estaduais para debater as propostas.

O processo de revisão dos Planos Regionais foi elaborado com participação da população em uma série de dinâmicas e interações. Foram divulgados materiais introdutórios e de subsídio como os Cadernos das Subprefeituras no site Gestão Urbana, foram realizadas apresentações

sobre os Planos Regionais, a abordagem da função social da cidade e discutidos desafios das subprefeituras nas Conferências Regionais, fase pública com participação de aproximadamente 10.000 pessoas ocorrida entre março e junho de 2016, preparatória para a Conferência Municipal da Cidade, e foram realizadas apresentações introdutórias em informes em reuniões ordinárias dos 32 Conselhos Participativos das Subprefeituras, realizadas entre fevereiro e maio de 2016.

Foram realizadas também oficinas participativas, entre março e junho, em reuniões de pauta única com cada Conselho Participativo, contando com participação de conselheiros, convidados e munícipes interessados, contabilizando mais de 1.000 participantes. Realizou-se consulta online sobre os perímetros de problematização na plataforma Gestão Urbana entre julho e agosto de 2016, recolhendo-se centenas de contribuições. Entre oficinas, conferências e mapa online, foram recepcionadas e sistematizadas aproximadamente 9.000 contribuições. Cada uma foi georreferenciada, passou por 19 campos de análise e foi considerada pelos Grupos de Trabalho para alterações e complementações nas propostas. Finalmente, foram realizadas devolutivas em cada um dos 32 Conselhos Participativos em setembro de 2016.

Créditos

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Fernando Haddad
Prefeito

Nadia Campeão
Vice-prefeita

Coordenação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Secretarias Municipais

Controladoria Geral do Município
Secretaria do Governo Municipal
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Comunicação
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretaria Municipal de Gestão
Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
Secretaria Municipal de Licenciamento

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
Secretaria Municipal de Relações Governamentais
Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas
Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Segurança Pública
Secretaria Municipal de Serviços
Secretaria Municipal de Transportes
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Subprefeituras

Subprefeitura Aricanduva/Vila Formosa
Subprefeitura Butantã
Subprefeitura Campo Limpo
Subprefeitura Capela do Socorro
Subprefeitura Casa Verde
Subprefeitura Cidade Ademar
Subprefeitura Cidade Tiradentes
Subprefeitura Ermelino Matarazzo
Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia
Subprefeitura Guaianases
Subprefeitura Ipiranga
Subprefeitura Itaim Paulista
Subprefeitura Itaquera
Subprefeitura Jabaquara
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé
Subprefeitura Lapa

Subprefeitura M'Boi Mirim
Subprefeitura Mooca
Subprefeitura Parelheiros
Subprefeitura Penha
Subprefeitura Perus
Subprefeitura Pinheiros
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá
Subprefeitura Santana/Tucuruvi
Subprefeitura Santo Amaro
Subprefeitura São Mateus
Subprefeitura São Miguel
Subprefeitura Sapopemba
Subprefeitura Sé
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
Subprefeitura Vila Mariana
Subprefeitura Vila Prudente

Outros Órgãos Municipais

Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
Companhia de Engenharia de Tráfego
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
São Paulo Negócios
São Paulo Obras
São Paulo Transportes
São Paulo Turismo
São Paulo Urbanismo

Conselhos Municipais

Conselho da Cidade

Conselho Municipal de Política Urbana

Câmara Técnica de Legislação Urbanística

Comissão de Proteção à Paisagem Urbana

Conselhos Participativos Municipais das 32 Subprefeituras

Conselhos de Políticas Setoriais

Apoio

Programa de Residência em Planejamento e Gestão Urbana - Convênio entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Coordenação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- SMDU

Projeto Gráfico

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- SMDU

Formato: 297x210 mm

Tipografia: Calibri Bold, Calibri Light, Museo

Dezembro de 2016

Prefeitura de São Paulo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Rua São Bento, 405- 17 e 18 andar- Centro

São Paulo- SP- CEP 01008-906

Tel.: 11 3113-7500

gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br

smdu.prefeitura.sp.gov.br
